Recurso n.º 517/2009 - I

Recorrentes: A (XXX)

B (XXX)

C(XXX)

Acordam no Tribunal de Segunda Instância da R.A.E.M. :

Os arguidos **A** (XXX), **B** (XXX) e **C**(XXX), responderam nos autos do Processo Comum Colectivo n.º CR3-08-0180-PCC perante o Tribunal Judicial de Base.

Realizada a audiência de julgamento, o Tribunal decidiu que:

- Condena o 1.º arguido **A**, pela prática, em autoria material e na forma consumada dum crime de tráfico de estupefacientes, p.p. pelo art.º 8.º, n.º do DL n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro, com alteração pela Lei n.º 4/2001, de 2 de Maio, na pena de 8 anos e 9 meses de prisão efectiva, e de MOP\$30,000.00 de multa, ou em alternativa, 198 dias de prisão.
- Absolve a 2.ª arguida **D**, pelo imputadok, em co-autoria material e na forma consumada dum crime de consumada de estupefacientes, p. p. pelo art.º 23.º, al. a) do DL n.º 5/81/M, de 28 de Janeiro, com alteração pela Lei n.º 4/2001, de 2 de Maio;
- Condena a 2.ª arguido **D**, pela prática, em -autoria material e

na forma consumada de:

- 1 crime de consumo em lugares públicos ou de reunião, p.p. pelo artº 17º, n.º 2 do mesmo DL, na pena de 1 ano e 3 meses de prisão, e de MOP\$10,000.00 de multa, ou em alternativa, 66 dias de prisão; e
- 1 crime de detenção indevida de utensilagem para consumo de estupefacientes, p. p. pelo artº 12º, n.º 1 do mesmo DL, na pena de 2 meses de prisão.

E cúmulo jurídico dos 2 crimes, vai ser condenada a arguida numa única pena de 1 ano e 4 meses de prisão, e de MOP\$10,000.00 de multa, ou em alternativa, 66 dias de prisão, suspensa a execução de pena de prisão por 2 anos acompanhado com o regime de prova.

- Condena o 3 arguido **B**, pela prática:
 - em autoria material e na forma consumada dum crime de tráfico de estupefacientes, p. p. pelo artº 8º, n.º 1 do DL n.º 5/91/M, de 28 de Janeiro, com alteração pela Lei n.º 4/2001, de 2 de Maio, na pena de 8 anos e 9 meses de prisão, e de MOP\$30,000.00 de multa, ou em alternativa, 198 dias de prisão;
 - em co-autoria material e na forma consumada dum crime de consumo em lugares públicos ou de reunião, p. p. pelo artº 17º, n.º 2 do mesmo DL, na pena de 1 ano e 5 meses de prisão, e de MOP\$20,000.00 de multa, ou em alternativa,

132 dias de prisão;

- em co-autoria material e na forma consumada dum crime de consumo de estupefacientes, p. p. pelo artº 12º, n.º 1 do mesmo DL, na pena de 2 meses de prisão.

Em cúmulo jurídico dos 4 crimes, vai ser condenada o arguido numa única pena de 9 ano e 3 meses de prisão efectiva, e de MOP\$40,000.00 de multa, ou em alternativa, 264 dias de prisão.

- Condena o 4 arguido C, pela prática, em autoria material e na forma consumada de:
 - 1 crime de tráfico de estupefacientes, p.p. pelo artº 8º, n.º 1 do DL nº 5/91/M, de 28 de Janeiro, com alteração pela Lei nº 4/2001, de 2 de Maio, na pena de 8 anos e 9 meses de prisão, e de MOP\$30,000.00 de multa, ou em alternativa, 198 dias de prisão; e
 - 1 crime de consumo de estupefacientes, p. p. pelo artº 23º, al. a) do mesmo DL, na pena de 2 meses de prisão.

Em cúmulo jurídico dos 2 crimes, vai ser condenada o arguido numa única pena de 8 ano e 10 meses de prisão efectiva, e de MOP\$30,000.00 de multa, ou em alternativa, 198 dias de prisão.

- Condena o 5 arguido E, pela prática, em co-autoria material e na forma consumada de:

- 1 crime de consumo de estupefacientes, p.p. pelo artº 23º, al. a) do DL nº 5/91/M, de 28 de Janeiro, com alteração pela Lei nº 4/2001, de 2 de Maio, na pena de 45 dias de prisão; e
- 1 crime de detenção indevida de utensilagem para consumo de estupefacientes, p. p. pelo artº 12º, nº 1 do mesmo DL, na pena de 2 meses de prisão.

Em cúmulo jurídico dos 2 crimes, vai ser condenada o arguido numa única pena de 3 meses de prisão, suspensa a execução de pena de prisão por 1 ano acompanhado com o regime de prova.

Inconformados com a decisão, recorreram para este Tribunal de Segunda Instância os arguidos:

1. **B (XXX)**
2. **A (XXX)**
3. **C (XXX)**

Alegando respectivamente:

O arguido B, nos precisos termos da sua motivação em chinês constante

das fls. 326 a 322.¹

¹ Esta parte tinha a seguinte versão em chinês:

1. 根據卷宗所載之資料，包括審判聽證的視聽資料，原審法院在判斷上訴人為直接正犯，以既遂方式觸犯販毒罪時，在審查證據方面明顯有錯誤，而這錯誤是，顯而易見的，按照一般經驗法則一般留意的人即可發現。
2. 原審法院之所以得出上述認定之結果，純粹是基於“第三嫌犯在審判聽證中保持沉默，並未解釋被搜獲毒品的來源及去向。”及“考慮到第三嫌犯在分別兩次被發現持有數量及種類不少的毒品，亦缺乏證據證實第三嫌犯持有毒品只是供自己吸食，因此，亦可認定第三嫌犯持有相關毒品並非用於自用的目的。”
3. 上訴人在審判聽證中保持沉默是澳門刑事訴訟法律賦予嫌犯的一項權利，“且不會因沉默而受不利之後果”。
4. 上訴人從來沒有直接或間接聲明或承認在其身上被搜獲的毒品用於出售、轉讓或提供予他人。
5. 案中其他嫌犯的聲明或證人的證言中亦沒有任何直接或間接指明在上訴人身上被搜獲的毒品用於出售、轉讓或提供予他人。
6. 然而，案中有證人的證言提及上訴人一向有吸食毒品的習慣；判決書中已經證明之事實第七段亦證明“上述托盤、膠袋、電話卡及飲管是嫌犯 **B** 及 **D** 提供予 **E**、未成年人 **F** 及 **B** 本人於 2007 年 7 月 4 日凌晨二時許在上述單位內吸食毒品“氯胺師”時所使用的工具；而彼等該次吸食的毒品是由上述綽號“**G**”的男子所提供的。”（底線屬後加）。
7. 再者，根據作為本案書證的載於案卷第 775 頁由法務局社會重返廳技術員 **H** 於 2009 年 2 月 27 日就上訴人所撰寫的社會報告，上訴人“會吸食違禁藥”，並經其協助到戒毒所接受戒毒治療。
8. 由此可見，上訴人確實是一名吸毒者只是其在審判聽證時選擇保持沉默，雖然沒有解釋被搜獲毒品的來源及去向，但無論從已經證明之事實、證人之證言或書證中均清楚顯示，在上訴人身上被搜獲的上述毒品並非用於出售、轉讓或提供予他人，而只是供個人吸食之用。
9. 故此，如原審法院僅基於上訴人保持沉默及在其身上被搜獲的毒品數量及種類而判斷有關毒品並非供上訴人自用，顯然是從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論，除違反《刑事訴訟法典》第 324 條的規定外，亦在審查證據方面明顯有錯誤，而這錯誤是顯而易見的，按照一般經驗法則一般留意的人即可發現。
10. 同時，被上訴之判決一方面認為上訴人持有的毒品並非用於自用的目的，另一方面又證實上訴人是吸毒者並常有吸毒的歷史和習慣，一般留意的人一看便明白被上訴之判決在這部份自相矛盾，而這矛盾依靠被上訴的判決的整體內容和一般經驗法則是不能克服的，故此，便出現了在說明理由方面出現不可補救之矛盾。
11. 原審法院並不能在欠缺任何客觀實質證據的基礎下單憑主觀去認定事實，這明顯違反《刑事訴訟法典》第 114 條所規定的“自由心證原則”。

-
12. 如上所述，原審法院完全沒有證據證實上訴人持有相關毒品並非用於自用的目的，相反，卻有充分證據證實上訴人是吸毒者並常有吸毒的歷史和習慣，此事實已足以影響判決的結果(見終審法院第 18/2003 號刑事案件的合議庭裁判)。
 13. 另一方面，即使法官閣下認同原審法院“考慮到第三嫌犯在分別兩次被發現持有數量及種類不少的毒品”的判斷，必須指出，原審法院根本不能證實上訴人所持有的非用於本人吸食的毒品的特定數量，然而，這是決定是否構成販毒罪所必須的(見終審法院第 44/2007 號刑事案件的合議庭裁判)。
 14. 基於“疑點利益歸於嫌犯原則”，上訴人不應、被控販毒罪，極其量只可被控同法令第 9 條所規定及處罰的少量販毒罪。
 15. 如法官閣下不認同上述見解，上訴人倘提出下列上訴之依據：法律問題 -- 量刑過重。
 16. 上訴人被控為直接正犯，以既遂方式觸犯了 1 項經 5 月 2 日公佈的第 4/2001 號法律修改之 1 月 28 日第 5/91/M 號法令第 8 條第 1 款所規定及處罰之販毒罪，判處 8 年 9 個月徒刑，及罰金澳門幣 30,000 圓或轉為 198 日徒刑。
 17. 事實上，8 年 9 個月徒刑及罰金澳門幣 30,000 圓對一個現在仍只有 18 歲的青年人來說，確實是相當重的刑罰，應改為判處最低的刑罰，並應根據《刑事訴訟法典》第 66 條的規定，對上訴人特別減輕刑罰，尤其考慮下列情節：
 18. 上訴人在作出事實時只有 16 歲；
 19. 上訴人在 2007 年 9 月 13 日被搜獲毒品後，遵照社工的建議到戒毒所接受戒毒治療，並已戒除毒癮，沒有再沾上吸毒的壞習慣，且有穩定的工作及正常的生活，長期保持良好行為；
 20. 上訴人曾於 2005 年 4 月因一宗家庭糾紛由初級法院開立未成年人教育卷宗，案件編號叫 CV1-05-0023-MRE，當時法院決定上訴人須由社會重返廳社工作輔導跟進，後來以“感化令”措施跟進，跟進期至 2009 年 7 月 4 日(見作為本案輯的載於案卷第 775 頁由法務局社會重返廳技術員 H 於 2009 年 2 月 27 時上訴人所撰寫的社會報告)。
 21. 由此可見，存在明顯減輕事實之不法性或行為人之罪過之情節，亦存在明顯減少刑罰之必要性之情節，因此，法院須按照《刑事訴訟法典》第 67 條的規定對上訴人特別減輕刑罰。
 22. 就有關上訴人被控的其他罪名，刑期及罰款同樣對一個現在仍只有 18 歲的青年人來說，確實是相當重的刑罰，應改為判處最低的刑罰，並應根據《刑事訴訟法典》第 66 條的規定，考慮如上已詳細闡述的情節，按照《刑事訴訟法典》第 67 條的規定對上訴人特別減輕刑罰。
 23. 再者，量刑須根據《刑法典》第 40 條及第 65 條的規定作出，而具體『刑罰之確定須按照行為人之罪過及預防犯罪的要求為之，同時，亦須考慮不法程度可實行之方式、後果之嚴重性、對被要求須負義務之違反程度、故意之嚴重程度、所表露之情感、嫌犯之動機、嫌犯之個人狀況及經濟狀況、事發前後之行為及其他已確定之情節。
 24. 因此，由於被上訴的判決沒有根據《刑法典》第 65 條至第 67 條的規定考慮上訴人所具有的特別減輕刑罰情節，應由法官閣下重新對科處上訴人的刑期及罰款作出量刑。

O arguido A:

- O acórdão recorrido errou na aplicação da lei dado que não atenuou especialmente a pena aplicada ao recorrente. (artº 400 nº 1 do C.P.P.M.)
- De acordo com o previsto na alínea f) do n.º 2 do artº 66º do Código Penal a menoridade é, de per si, urna das circunstância que determina a atenuação especial da pena.
- De acordo com a interpretação do acórdão recorrido a aplicação da atenuação especial da pena a menores apenas pode ser efectuada caso, cumulativamente, se verifique a existência de circunstâncias anteriores ou posteriores ao crime, ou contemporâneas dele, que diminuam por forma acentuada a ilicitude do facto, a culpa do agente ou a necessidade da pena.”
- O recorrente considera porém, que basta o facto do agente ter menos de 18 anos ao tempo da prática do crime, para que lhe seja aplicado o dispositivo da atenuação especial da pena.

請求

綜上所述，應裁定本上訴理由成立，繼而開釋上訴人之販毒罪，或改判少量販毒罪，又或重新對科處上訴人的刑期及罰款作出量刑。

另外，根據《刑事訴訟法典》第 402 條第 3 款、第 415 條及第 418 條的規定，請求法官閣下對“上訴人所持有毒品僅供個人吸食之用”的事實再次調查證據，包括審判聽證的視聽資料，以及載於案卷第 775 頁由法務局社會重返廳技術員 H 於 2009 年 2 月 27 日就上訴人所撰寫的回社會報告的書證，又或將卷宗移送原審法院重新審判，以查明上訴人並沒有觸犯販毒罪。

請求尊敬的中級法院法官 閣下一如既往作出公正裁決，以彰顯公義。

- Pois, essas “circunstâncias anteriores ou posteriores” ao crime que diminuem a ilicitude do facto, a culpa do agente ou a necessidade da pena apenas se justificam se se tratar da análise das circunstâncias previstas nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo acima mencionado. Aí, sim, é necessário analisar o comportamento do agente para poder concluir ou não, se o mesmo diminuiu a ilicitude do facto, a sua culpa ou a necessidade da pena. Apenas neste caso é necessário haver uma ACTUAÇÃO do agente.
- Porém, no que diz respeito à menoridade, dado que a mesma não depende de nenhum “comportamento” do agente e existe de “per si” não se pode admitir que a mesma tenha que ser conjugada com algum dos outros comportamentos do agente, pois, caso assim fosse a lei estaria a ser mais exigente com os menores do que com os agentes maiores de idade a quem, para obter a atenuação especial da pena, bastaria demonstrarem através de algum comportamento anterior, posterior ou contemporâneo do crime que havia uma “diminuição acentuada da ilicitude, da culpa ou da necessidade da pena”.
- No caso vertente o recorrente apenas tinha 16 anos quando cometeu o crime por que foi condenado, o que só por si denota a sua imaturidade e a falta de interiorização da gravidade do crime e reforça a necessidade de se lhe aplicar o regime de atenuação especial da pena previsto nos artigos 66º e 67º do Código Penal.

Nestes Termos, nos melhores de Direito e sempre com o Mui Douto suprimento de Vossas Excelências, deve, pelas apontadas razões, ser julgado procedente o presente recurso, e o acórdão proferido revogado nos termos acima expostos, sendo substituído por outro no qual se atenuie especialmente a pena aplicada ao recorrente.

O arguido C:

1. O acórdão recorrido fundamentou a decisão condenatória em erro notório da apreciação da prova (artigo 400º., n.º. 2 alínea c) do CPP).
2. Com efeito, não se provou ser o Recorrente traficante de droga, apenas se provou, e próprio confessou adquirir drogas para o seu próprio consumo.
3. O 5º arguido não confessou ter comprado drogas ao Recorrente, apenas que ele levava drogas consigo quando ia ao apartamento dos autos, mas sem esclarecer o destino, se era para vender ou para consumo próprio do Recorrente, e que tal situação ocorreu por o máximo 3 vezes.
4. A 1ª testemunha da acusação esclareceu que os seus colegas, nomeadamente o 3º arguido descia ao r/c do prédio para comprar a droga, e que nunca viu ou sequer comprou droga ao ora Recorrente, tendo frequentado o dito apartamento por cerca de um mês.
5. Se na posse do Recorrente foi encontrada a quantidade de

Ketamina correspondente ao peso líquido de 2.943g, deverá o mesmo ser julgado somente por esta quantidade e não por outras quantidades, fora do seu poder de disponibilidade, na dúvida sobre a titularidade ou não, dos estupefacientes que ajudar a encontrar, na posse de terceiro, deverá quanto a esta, beneficiar do princípio in dubio pro réu.

Uma vez que a prova se encontra documentada, requer a renovação da prova, nos termos do disposto no artigo 415º do CPP.

Termos em que deverá o presente recurso ser julgado procedente e, em consequência, ser o recorrente absolvido; caso assim não se entenda, deverá o julgamento ser anulado e ordenada a sua repetição, por ocorrer o vício previsto no artigo 400º., n.º 2, alíneas c) do CPP, nomeadamente por ocorrer erro notório na apreciação da prova.

Aos recursos, respondeu o Ministério Público, alegando, respectivamente, o seguinte:

Do recurso de A:

1. O tribunal “a quo” observou os critérios legais no que tange à determinação da pena, nomeadamente, tendo em consideração as circunstâncias concretas do caso que têm influência na matéria de culpabilidade do recorrente e de ilicitude dos factos.

2. Não existe qualquer circunstância de facto que é susceptível de revelar a diminuição da culpa do agente ou de ilicitude dos factos;
3. A mera idade do recorrente constitui como pressuposto necessário mas não suficiente dessa revelação.
4. Pela simples razão de que a idade menos de 18 anos não gera qualquer efeito automático de atenuação.
5. Se fosse a intenção do legislador em autonomizar atenuação da menoridade, deveria ter outra articulação da norma do n.º art.º 66 do C.P.M.;
6. Isto é, deveria ter destacado expressamente o efeito de atenuação da menoridade, separando-o das outras circunstâncias aí referidas.
7. Assim não foi feito, torna-se ilegítimo a conclusão do recorrente por carece de qualquer apoio em termos de interpretação literal, sistemática e teleológica da norma.

Por tudo acima expostos, o recurso interposto deve ser rejeitado.

Do recurso de B:

1. O vício de erro notório na apreciação da prova tem de ser patente e resulta de forma clara nos factos dados como provados ou não provados;

2. E a sua análise deve ser feito através de uma compreensão global dos factos;
3. O recorrente partiu-se de uma premissa errada, no sentido de considerar o seu consumo de droga numa ocasião faz com que ele só possa ser considerado como consumidor em qualquer outras ocasiões;
4. Na verdade, o que se passa com os factos provados é que através deles se demonstra o recorrente possuía duas qualidades distintas: consumidor e traficante.
5. Sá haveria a hipótese de erro notório na apreciação das provas caso o tribunal confirmasse essas duas qualidades só com base nos mesmos factos ou na mesma quantidade de droga.
6. O que não sucedeu no caso uma vez as condenações do recorrente pela qualidade de traficante e de consumidor são baseadas em factos bem distintos.
7. Não se procede, assim a tese do recorrente de verificação do vício de erro notório na apreciação das provas;
8. O mesmo se passa com o alegado vício de contradição insanável da fundamentação;
9. Não houve qualquer violação do princípio de livre convicção, uma vez o silêncio do arguido em si só tem efeito neutro no processo de formação de convicção;
10. Mas nunca pode ser atribuído ao silêncio qualquer efeito

impeditivo de formação de convicção através das outras provas;

11. No fundo, o que se contesta o recorrente não passa de um ataque à convicção livre do tribunal “a quo”, com base na sua visão pessoal sobre as provas produzidas;
12. Por outro lado, não se vê de onde resulta qualquer vício nesse processo de formação da convicção do tribunal recorrido, visto que todas as exigências legais - objectividade, racionalidade e de experiência da vida comum - foram todas observadas;
13. Isso faz com que a mesma convicção é insindicável;
14. O tribunal “a quo” também observou os critérios legais no tange à determinação da pena, nomeadamente, tendo em consideração circunstâncias concretas do caso que têm influência na matéria culpabilidade do recorrente e de ilicitude dos factos.
15. Não existe qualquer circunstância de facto que é susceptível de revelar a diminuição da culpa do agente ou de ilicitude dos factos;
16. A mera idade do recorrente constitui como pressuposto necessário mas não suficiente dessa revelação.
17. Pela simples razão de que a idade menos de 18 anos não gera qualquer efeito automático de atenuação.

Por tudo acima expostos, o recurso interposto deve ser julgado improcedente.

Do recurso de C:

1. O vício de erro notório na apreciação da prova tem de ser patente e resulta de forma clara nos factos dados como provados ou não provados;
2. E a sua análise deve ser feito através de uma compreensão global dos factos;
3. O recorrente partiu-se de uma premissa errada, uma vez se alicerçou toda a sua tese nos factos supostamente provados;
4. Não se procede, assim a tese do recorrente de verificação do vicio de erro notório na apreciação das provas;
5. No fundo, o que se contesta o recorrente não passa de um ataque à convicção livre do tribunal “a quo”, com base na sua visão pessoal sobre as provas produzidas;
6. Por outro lado, não se vê de onde resulta qualquer vício nesse processo de formação da convicção do tribunal recorrido, visto que todas as exigências legais - objectividade, racionalidade e de experiência da vida comum - foram todas observadas;
7. Isso faz com que a mesma convicção é insindicável;

Por tudo acima expostos, o recurso interposto deve ser liminarmente rejeitado.

Nesta instância, a Digna Procurador-Adjunto apresentou o seu douto parecer que se transcreve o seguinte:

“1. O nosso Exm^o Colega demonstra, muito claramente, a insubsistência das motivações dos recorrentes.

E nada se impõe acrescentar, de relevante, às suas judiciosas e desenvolvidas considerações.

2. Os 3^o e 4^o arguidos vêm, além do mais, requerer a renovação da prova.

Conforme tem entendido este Tribunal, essa renovação pressupõe:

-que tenha havido documentação das declarações prestadas oralmente perante o Tribunal;

- que o recorrente indique as provas a renovar, com menção relativamente a cada uma delas dos factos a esclarecer e das razões justificativas da sua renovação;

- que se verifique qualquer dos vícios referidos no n.º 2 do art. 4000 do mesmo Diploma; e

- que haja razões para se crer que a renovação permitirá evitar o reenvio do processo.

(cfr., entre outros, ac. de 12-6-2003, proc. n.º. 107/2003)

E, encontrando-se preenchido o primeiro requisito, mostram-se inverificados o segundo e o terceiro.

Vejamos.

Divisa-se, desde logo, o incumprimento do comando do art. 402º, n.º. 3, do citado C. P. Penal.

Não se mostra feita, de facto, a indicação a que o mesmo se refere.

Não se antolha, por outro lado, a existência de qualquer dos vícios em causa.

Isso mesmo se evidencia, cabalmente, nas respostas do Mº Pº.

Os recorrentes mais não fazem, realmente, do que manifestar a sua discordância em relação ao julgamento da matéria de facto, afrontando o princípio da livre apreciação da prova consagrado no art. 114º do mesmo Diploma.

E isso, como é sabido, não podem fazê-lo.

3. Os 1ºe 3º arguidos pretendem beneficiar da atenuação especial da pena.

Trata-se de uma pretensão infundada.

Não se verifica, na verdade, o especial quadro atenuativo que o art. 66º do C. Penal exige.

Conforme se sabe, a acentuada diminuição da culpa ou das

exigências de prevenção (“necessidade da pena”) constitui o pressuposto material da sua aplicação.

E isso só acontece “quando a imagem global de facto, resultante da actuação da(s) circunstância(s) atenuante(s), se apresente com uma gravidade tão diminuída que possa razoavelmente supor-se que o legislador não pensou em hipóteses tais quando estatuiu os limites normais da moldura cabida ao tipo de facto respectivo” (cfr. Figueiredo Dias, Direito Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime, 306).

A favor dos mesmos, com efeito, nada se provou.

Os arguidos em causa enfatizam, a propósito, a sua idade -16 anos à data da prática dos factos.

Tal circunstância, porém, não constitui fundamento, só por si, para a atenuação em apreço (cfr., designadamente, ac. do TUI, de 29-09-2000, proc. n.º. 13/2000).

A atenuação especial - convém recordá-lo - só pode ter lugar em casos extraordinários ou excepcionais. E a situação em foco não integra, em nosso juízo, esse condicionalismo.

4. O 3º arguido questiona, ainda, a bondade das penas aplicadas - no quadro das respectivas molduras abstractas.

Mas não lhe assiste razão, como evidencia o nosso Ilustre Colega.

Há que ter em conta, “in casu”, além do mais, exigências prementes de prevenção geral.

Em sede de prevenção positiva, há que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca à validade das normas violadas, através do “restabelecimento da paz jurídica comunitária abalada...” (cfr. Figueiredo Dias, *Temas Básicos da Doutrina Penal*, pg. 106).

E, a nível de prevenção geral negativa, não pode perder-se de vista o efeito intimidatório subjacente a esta finalidade da punição.

As penas impostas aos 1º e 4º arguidos mostram-se, igualmente, justas e equilibradas.

6. Devem, pelo exposto, os recursos ser julgados improcedentes.”

Cumprido conhecer.

Foram colhidos os vistos legais dos Mmºs Juizes-Adjuntos.

À matéria de facto, foi dada por assente a seguinte factualidade, constantes do acórdão recorrido, que se dá por integralmente reproduzido.

Conhecendo.

Há três recursos respectivamente interpostos da decisão condenatória do Tribunal *a quo*, por três dos arguidos **B, A e C**.

E o 1º e 3º recorrente pediram respectivamente a renovação da prova, ambos com o fundamento de invocado vício de erro notório na apreciação da prova.

Estes pedidos devem ser apreciadas em primeiro lugar, pois, como sempre entendemos, há sempre um incidente quando foi pedida a renovação da prova.

Avançamos começando por pedido de renovação de prova deduzido pelos arguidos **B** e **C**.

Para a recorrente **B**, há erro notório na apreciação da prova quando o Tribunal condenou o arguido em autoria directa do crime de tráfico de estupefacientes, pois, o próprio arguido ficava silente durante o julgamento e nunca directa e indirectamente reconheceu que tinha exercido o acto de venda, concessão ou proporção dos estupefacientes para o terceiro, nem as testemunhas ofereceram as provas directas ou indirectas para provar nesse sentido.

Por outro lado, verifica-se o vício de contradição insanável de fundamentação quando o Tribunal, por um lado, considerou que o recorrente detinha estupefaciente não destina para o consumo, por outro lado consignou factos demonstrativo de ser consumidor de estupefaciente e tinha este hábito.

Para o recorrente **C**, o vício da matéria de facto, pressupostos do pedido de renovação da prova, consiste em que o tribunal condenou o recorrente pela prática do crime de tráfico de estupefacientes e crime

de consumo de estupefacientes sem se ter se provado ser o recorrente traficante de droga, apenas se provou e próprio confessou adquirir drogas para o seu consumo e não existe outra prova indicadora de ser o recorrente um traficante.

E no pedido de renovação da prova, limitou-se a dizer que uma vez que a prova se encontra documentada, requer a renovação da prova nos termos do disposto no artigo 415º do CPP.

Vejamos.

Para a renovação de prova, embora se pressupunha, a verificação de qualquer um dos vícios elencados no artigo 400º nº 2 do Código de Processo Penal, deve o requerente indicar concreta e expressamente a prova, que tinha sido documentada, a renovar, para que se evite fazer a renovação da prova como um novo julgamento total.

Temos entendido, o pedido é sempre de indeferir se no pedido não for indicada prova especificada ou indicasse prova cuja renovação se implicaria um novo julgamento total do objecto do processo, pois, mesmo caso em que viesse a verificar um dos vícios elencados no artigo 400º nº 2 do Código de Processo Penal, o Tribunal de recurso não tinha condição para proceder a renovação da prova, por ser um novo julgamento total.

De facto, no pedido do arguido **B**, embora tivesse pedido a reapreciação o relatório social elaborado pela Técnica do Departamento de Reinserção Social, Dr^a **H** e a audição da mesma, pediu a inquirição das testemunhas, sem especificada as partes destas provas

documentadas. O que implica, no caso de autorização da renovação, totalmente um novo julgamento. Assim sendo, não deve autorizar o pedido de renovação.

E de mesma sorte, no pedido do arguido C, tal como acima resumiu, foi deduzido um pedido genérico, sem especificar qualquer prova a renovar, devendo o mesmo liminarmente indeferido.

Decididos os pedidos, ficam todas as restantes questões para os ulteriores termos do julgamento que deve ser procedido em audiência.

Pelo exposto, acordam neste Tribunal de Segunda Instância em indeferir os pedidos de renovação da prova respectivamente deduzidos pelos arguidos B e C.

Custas incidentais pelos ambos recorrentes.

Macau RAE, aos 12 de Novembro de 2009

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

(Vencido, por seguintes razões: independentemente da questão de saber qual o âmbito da renovação da prova, entendo que se bem que haja que indeferir o pedido de renovação da prova do arguido C, por este só se ter limitado a pedir isto por alto na parte

final da sua motivação de fls. 1007 a 1019, sem ter, portanto, cumprido minimamente o ónus previsto na parte final do n.º 3 do art.º 402º do C. P. Penal, o pedido de renovação da prova do arguido **B** já não deva ser indeferido puramente com o mesmo fundamento, pois bem ou mal, este arguido chegou a indicar, na parte final da sua motivação de fls. 927 a 932v, quais as provas que entendeu deverem ser renovadas, embora não as tenha especificado com precisão, pelo que me afigura dever este Tribunal “ad quem” convidar o mesmo recorrente para aperfeiçoar esta parte final da sua alegação, de modo a satisfazer todos os requisitos formais exigidos na parte final do n.º 3 do art.º 402º do C. P. Penal).